

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de Estudos Clássicos

**Boletim
de
Estudos Clássicos**

vol. 26

**DEZEMBRO 1996
COIMBRA**

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁTICO (II)

Depois de, em anterior número deste Boletim, se ter exemplificado como uma epígrafe funerária romana pode ser pretexto para uma lição de Latim, vejamos, agora, o caso de uma epígrafe votiva, ou seja, do ex-voto a uma divindade.

Escolhi um altar procedente de Póvoa da Atalaia, concelho do Fundão, que se encontra exposto no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, em cujo inventário detém o nº 8640.

Foi, de resto, dado logo a conhecer pelo fundador do museu no volume I, nº 8, 1908, pp. 217-218, do *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, embora, na verdade, seja muito citado na bibliografia sobre as manifestações religiosas da Lusitânia. Tive ensejo de, num breve trecho sobre a importância daquele museu, novamente o referir (*Conimbriga* 32-33, 1993-1994, pp. 299 e 301, foto 2), também com a intenção de mais o divulgar.

Não vamos ater-nos a aspectos históricos, que não é aqui ocasião. Refira-se, apenas, que, numa análise de índole histórica, teríamos que interrogarmo-nos sobre o porquê do ex-voto; se o culto à deusa Vitória é vulgar ou inusitado na região; em que categoria social se há-de incluir o dedicante, *Curius Privatus*. Interessar-nos-ia muito descobrir qual terá sido o contexto arqueológico do achado, com o fim de, por essa via, podermos eventualmente chegar ao contexto original do monumento ao tempo dos Romanos. Adivinhamo-lo, porém: é altar a ser posto em lugar oficial de culto.

E, antes de entrarmos na análise meramente textual, talvez interesse reflectir, ainda que por breves instantes, sobre a tipologia do monumento. É que ele apresenta, no capitel, um fóculo bem delineado. A função do fóculo era a de receber as essências que o devoto ali queimaria em honra da divindade (*foculus* = pequeno fogo). Ora, a "imortalização" do fóculo pretende perpetuar uma intenção: o dedicante poderá olvidar a oferenda; ser-lhe-á, de resto, impossível

manter um fogo sagrado af - mas a intenção lá está e isso, perante a divindade, é o que mais importa.

Com efeito, o monumento consubstancia a oferta resultante dum compromisso assumido: Cúrio Privado *votum libens solvit*, "cumpriu o voto de livre vontade". A fórmula vem em siglas por ser corrente; mas talvez não seja despidendo analisarmos o seu significado profundo.

Primeiro, trata-se de um *votum*. Voto é "desejo", "aspiração"; ex-voto é, etimologicamente, desejo que deixou de ser; "deixou de ser", porque se concretizou. Ou seja, o dedicante expôs um desejo à divindade, comprometendo-se a erigir-lhe um altar em acção de graças; a divindade acedeu à sua prece; e o dedicante cumpriu o prometido: *votum solvit*. Não deixa de ser sintomático o verbo escolhido, *solvere*, que à letra significa, como se sabe, "dissolver". Portanto, o compromisso *desaparece* com o acto de erigir o altar.

Mas - e este será o segundo aspecto a referir - não é um cumprimento qualquer, não: trata-se de um acto que assume características do foro jurídico quase, porquanto expressamente se indica que se pratica *libens*, "de livre vontade", sem constrangimentos de espécie alguma. Um particípio presente de significado preciso, que empresta toda a força ao gesto do dedicante - que, se fora constrangido, a sua acção ficava desprovida de sentido e, até, de validade.

Importa, finalmente, perguntar: *Victoriae* é dativo ou genitivo de posse?

O facto de encimar o texto pode ser indício de que o local sagrado onde se depositou não seria da veneração exclusiva desta divindade. É provável que tal haja acontecido, como, ainda hoje, mesmo num santuário célebre, há altares laterais doutras invocações.

Mas, realmente, poder-se-á entender quer como dativo - a oferta de Cúrio Privado *a Vitória* - quer como genitivo de posse: o monumento é *da deusa Vitória*, em resultado da oferta feita. Penso, aliás, que a ambiguidade é propositada, como noutros casos acontece. Cada qual interprete como achar melhor.

Pela paleografia e pelo tipo de molduração, é monumento datável da segunda metade do século I da nossa era. No entanto, como já tive ocasião de referir, para os Romanos, aqui, os dados cronológicos tinham mesmo de estar ausentes: pretendia-se que a oferta fosse ... eterna. E quase poderíamos afirmar que boa parte da intenção se logrou concretizar, porque, dois mil anos passados, cá estamos a falar do gesto dum devoto desconhecido Cúrio Privado, que, doutra sorte, nem teria entrado na História!...

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

